



3REFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2362

1 Aos dois dias do mês de junho do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter ordinário, às dezoito  
2 horas e trinta minutos, em última chamada, na sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias  
3 de Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta Capital, os seguintes Conselheiros do  
4 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental: **José Euclésio dos Santos**, titular da  
5 Associação Gaúcha dos Advogados de Direito Empresarial e presidindo a reunião; **Silvio Belmonte**,  
6 titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **Fernando Biiffignandi**, titular Departamento  
7 Municipal de Habitação, **Isabel Haifuch**, primeira suplente da Empresa Pública de Transporte e  
8 Circulação; **Rosane Zottis**, titular do Gabinete do Prefeito; **Antonio Luiz Gomes Pinto**, segundo  
9 suplente da Secretaria do Planejamento Municipal; **Maria Cristina Cademartori**, segunda suplente da  
10 Secretaria Municipal de Obras e Viação; **Cibeli Silva do Carmo**, titular da Secretaria Municipal do  
11 Meio Ambiente; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação Brasileira dos Escritórios de  
12 Arquitetura; **Analino Zorzi**, titular do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; **Nilson Lopes**  
13 **Coelho**, primeiro suplente do Instituto de Planejamento e Estudos SocioAmbientais; **José Luiz**  
14 **Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do Brasil; **Antônio Zago**, titular, e **Sergio Koren**,  
15 segundo suplente do Sindicato da Indústria da Construção Civil; **Alexandre Cohen**, primeiro suplente  
16 do Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**, segundo suplente do Sindicato dos  
17 Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Romano Botin**, titular, e **Diogo**  
18 **Schiaffino** da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Alan Cristian Tabile Furlan**, titular  
19 da Região de Planejamento Um; **Márcia Bica**, titular da Região de Planejamento Dois; **Helena**  
20 **Cristina Borges**, titular da Região de Planejamento Três; **Luiz Felipe Correia de Oliveira**, titular da  
21 Região de Planejamento Quatro; **Lauro Rossler**, segundo suplente da Região de Planejamento  
22 Cinco, **Eduíno Mattos**, titular da Região de Planejamento Cinco; **Leonite Ana Gheno**, titular, e  
23 **Heverson Luis V. da Cunha**, primeiro suplente da Região de Planejamento Oito; **Alceu Rosa da**  
24 **Silva**, titular da Temática Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e Ambiental e **Ana Paula**  
25 **Tomasi**, secretária executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** questionou se havia alguma  
26 retificação ata e não foi sugerida nenhuma retificação. A ata sem modificações foi colocada em  
27 votação e aprovada por treze votos favoráveis, nenhum voto contrário e duas abstenções. **Presidente**  
28 deu início às **comunicações**. Conselheiro **Silvio** comunicou que a UFRGS está preparando uma  
29 sugestão de projeto à Prefeitura, que se refere a um museu, nos moldes do que já existe em Paris, um  
30 local que expõe os projetos de urbanização da cidade e diversas outras coisas relacionadas ao tema,  
31 como maquetes e plantas. Disse que lá o Conselho do Plano Diretor da cidade se reúne no próprio  
32 local, já que existem salas e espaços acoplados. Além disso, disse que o espaço é aberto à  
33 comunidade, o que possibilita que se possa acompanhar de fato o desenvolvimento da cidade. Opina  
34 ser uma ideia sensacional, de baixo custo, e que se mostra viável de existir também em Porto Alegre,  
35 podendo ser instituída na revitalização do Cais Mauá. Conselheiro **Heverson** falou sobre o processo  
36 seis mil cento e dezoito, que até a data de vinte e oito de maio se encontrava na presidência da  
37 Câmara, mas que enfim parece que será concluído. Conselheiro **Eduíno** denunciou o ocorrido com o  
38 trâmite da instalação da Escola Técnica na zona leste. Explicou todo o esforço da sua região e tudo o  
39 que foi necessário se fazer para tornar real essa proposta, desde os primeiros passos até a conversa  
40 com o prefeito, com vereadores e audiência pública favorável. Conselheiro explicitou a sua revolta  
41 frente à iniciativa do vereador Tony Proença, de deslocar a referida escola para o Centro Vida, na  
42 Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, o que disse não considerar um gesto leal com a Região de  
43 Planejamento sete, haja vista que foi esta quem efetivamente lutou pela concretização do projeto.  
44 Conselheiro **Alan** agradeceu à SPM e particularmente à arquiteta Liamara pela presença em reunião e  
45 apresentação dos projetos especiais à comunidade. Conselheira **Leonite** falou sobre o que  
46 considerou um admirável exemplo de cidadania, este desempenhado pela Escola Anízio Teixeira, que  
47 conseguiu transformar a cultura dos seus alunos. Disse que até um tempo atrás os alunos escutavam  
48 apenas a música *funk*, que remetia à diminuição do papel da mulher na sociedade, mas que hoje já  
49 conheceram o teatro e outros estilos musicais por interferência dos passeios da escola. Disse que a  
50 apreensão da cultura está muito relacionada às condições da população e que o *funk* acaba se  
51 disseminando pela aquisição de cds de baixo preço e da pirataria. Sugeriu então que fosse organizada  
52 uma feira musical, para levar a música à comunidade, que poderia ser nos moldes da feira do livro.  
53 Conselheiro **Romano** sugeriu que a conselheira formalizasse essa proposta junto à secretaria do  
54 Conselho para que posteriormente o CMDUA oficializasse esse encaminhamento junto à Secretaria



3REFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2362

1 da Cultura, projeto que poderia ser na forma de feiras itinerantes que se deslocam até a comunidade.  
2 Secretário **Márcio**, que tinha um compromisso fora da Secretaria e compareceu à reunião apenas  
3 para fazer uma comunicação, falou sobre a situação do processo do Estudo de Impacto de Vizinhança  
4 - EIV. Disse que na semana passada o processo voltou da PGM, e que estava na pauta da presente  
5 reunião. Contudo, se verificou que em nenhum momento o processo tramitou pelo âmbito do gabinete  
6 do secretário da SPM, e que por isso não foi submetida à apreciação do secretário ou da assessoria  
7 jurídica. Disse que em vistas ao processo, verificou que se trata de um trabalho fundamentalmente  
8 técnico, com aspectos que devem ser ainda analisados, sendo que talvez nem mesmo a minuta de lei  
9 anexada a ele, e que deu origem ao mesmo, seja mantida no mesmo formato. Por esses motivos,  
10 pediu que o processo fosse encaminhado para diligência a SPM, considerando ainda o fato de ser a  
11 secretaria, simbolizada por ele, a responsável por encaminhar o processo finalizado para a  
12 homologação pelo prefeito. Conselheiro **Zorzi** questionou sobre o que havia sido proposto na última  
13 reunião, de que no dia da apreciação do referido processo estaria presente a promotora Vaneska, da  
14 PGM, em função de ter sido esta quem acrescentou as informações ao processo após o pedido de  
15 diligência feito pelo Conselho. Secretário **Márcio** disse ainda se verificará a efetivação dessa  
16 presença, haja vista que a sua manifestação foi baseada na minuta de lei que não necessariamente  
17 vá se manter. Conselheiro **Eduíno** informou ao secretário que a minuta de lei referida se originou em  
18 realidade do próprio Conselho, que contou com toda assessoria técnica necessária, composta pelos  
19 técnicos da SPM. Disse que após todo esse processo se esperava há bastante tempo pela  
20 manifestação da PGM. Conselheiro, por esse motivo, disse entender que o parecer jurídico já exista, e  
21 questionou sobre qual parecer exatamente estaria faltando no processo. Secretário **Márcio** respondeu  
22 que em realidade ele não estava à par do parecer técnico existente no processo, e que por isso a  
23 diligência à SPM daria essa oportunidade a ele, além de corrigir o fato de não ter havido a  
24 formalização do trâmite do processo junto ao gabinete. Conselheiro **Alceu** disse que entendeu que o  
25 processo então tenha pulado uma etapa necessária, e questionou se o pedido de diligência solicitado  
26 pelo secretário teria condições de resolver essa lacuna. Secretário **Márcio** respondeu que sim e que  
27 existe a possibilidade ainda de a minuta de lei ser alterada por algum acréscimo. Conselheira **Rosane**  
28 disse que acha compreensível a solicitação do secretário, tendo em vista que mesmo com o devido  
29 trabalho de grupo técnico que viabilizou o processo e seu trâmite, assim como várias esferas do  
30 governo envolvidas, o atual secretário não está à par do ocorrido. Disse que o processo se iniciou há  
31 bastante tempo e em outra administração. Conselheira opinou que é necessário que o secretário  
32 esteja à par dos detalhes do processo, até porque é ele quem irá defender esse projeto junto à  
33 Câmara. Secretário **Márcio** agradeceu a compreensão e pediu licença para se ausentar da reunião.  
34 Conselheira **Helena** assumiu a presidência, por ter chegado à reunião e ser a primeira suplente da  
35 presidência. **Presidente** iniciou a Ordem do Dia. **Processo Quatro Ponto Um**, relator: GP; processo  
36 número 002.071973.07.9; interessado: SPM; assunto: Minuta de Lei para instituição do EIV. Em  
37 função da comunicação feita pelo secretário, o processo foi encaminhado para diligência à SPM.  
38 **Processo Quatro Ponto Dois**. Relator: IPES; expediente número: 002.203920.00.6; interessado:  
39 Adelghi Ernesto Rasia; assunto: Resolução Alteração Traçado Viário e Área Verde; local: número  
40 duzentos e quarenta e outros da Rua Álvaro Veiga Andrade. Conselheiro **Nilson** explicou que o relator  
41 do processo era o conselheiro Jaime, que encaminhou um pedido de diligência à PGM e que esta  
42 respondeu que nada tem a opor quanto ao solicitado. Explicou que o processo sugere, além de  
43 cadastramento de via, que seja feito um novo gravame de área verde ao lado de praça já  
44 estabelecida, em substituição ao gravame existente. Disse que a PGM apresentou uma única ressalva  
45 quanto a sua posição favorável, que seria o fato de ser necessário indenizar os moradores do local  
46 onde se daria a ampliação da praça, existente, o que traria ônus para o Município. Conselheiro disse  
47 que a maior preocupação dos moradores é a concretização da garantia das indenizações, e que a  
48 maioria pareceu não se opor às mudanças, mas desde que sejam de fato indenizados. A partir de sua  
49 explanação, conselheiro se posicionou favorável ao solicitado. Conselheiro **Alceu** opinou que a PGM  
50 parece ter passado à diante a responsabilidade de se posicionar sobre a proposta. Opinou que a  
51 alteração do traçado ocasiona a existência de duas vias muito próximas uma da outra, a menos de  
52 cento e cinquenta metros, o que opina ser desnecessário. Disse que já pediu vistas a esse processo,  
53 mas que não pode ser atendido em razão do Regimento Interno do Conselho. Opinou que o traçado  
54 não se justifica. Conselheiro **Nilson** leu as justificativas da PGM expressas no processo e opinou que



ATA N.º 2362

1 elas esclarecem os questionamentos do Conselheiro Jaime. Conselheiro **Eduíno** disse que conhece  
2 bem a região. Disse que o trânsito no local é um verdadeiro caos e que o traçado proposto seria  
3 importante, parabenizando a SPM pelo proposto. Conselheiro **Alceu** questionou a proximidade das  
4 duas vias acusando para que não haja justificativa para tal. Conselheiro **Jorge** disse que no início do  
5 processo, os moradores não estavam de acordo com o proposto e questionou a propriedade de área  
6 envolvida. Conselheiro **Gomes** disse que quando se fez o estudo já existia um traçado definido para  
7 tal, e que existiam três áreas verdes pequenas e afastadas que não se mostravam adequada para  
8 praça, pelo pouco espaço até para a instalação de equipamentos. Opinou que a questão de ônus para  
9 a prefeitura não devesse ser critério para a apreciação, já que esse tipo de investimento é necessário  
10 e inevitável e haja vista que todas as modificações desse tipo implicam em desapropriações. Citou  
11 como exemplo a Terceira Avenida Perimetral, obra recente em que se investiu milhões e onde até um  
12 edifício inteiro teve de ser desapropriado. Opinou que a aprovação do solicitado resolveria a questão  
13 da praça, que seria ampliada possibilitando o uso da área verde como tal, assim como a questão  
14 viária, que ofereceria escoamento e ruas de diferentes alargamentos. Conselheiro **Alceu** reiterou a  
15 sua preocupação com o fato de não existirem áreas verdes no Passo d'Areia e com o prejuízo dos  
16 moradores, sugerindo que se encontrasse uma alternativa em que não fosse necessário deslocar  
17 famílias. Disse que apesar de os moradores terem dito que aceitam a medida, em realidade o que eles  
18 almejam é que possam permanecer em suas residências. Conselheira **Rosane** opinou que as  
19 discussões estavam dificultando o entendimento sobre os detalhes do processo e solicitou que o  
20 mesmo fosse encaminhado para diligência à SPM. **Processo Quatro Ponto Três**, relator RP 3;  
21 expediente número 002.313090.00.8; interessado: Ipiranga Engenharia; assunto: Reconsideração  
22 EVU Parcelamento; local: número dez mil seiscentos e cinquenta da Avenida Assis Brasil. Conselheiro  
23 **Alceu**, que tinha feito o último pedido de vistas ao processo, leu o seu parecer favorável à aprovação.  
24 Conselheira **Helena** explicou que o projeto da área já havia sido aprovado, mas que agora existe um  
25 pedido de reaprovação em função de modificações. Dentre estas, o fato de a SMED ter abdicado da  
26 área destinada à escola. Outra alteração se deu quanto à posição dos lotes do loteamento, para  
27 facilitar o escoamento de água, já que o loteamento situa-se entre dois córregos ou coletores. Disse  
28 que a área não possui escritura, o que impede de providenciar documentação apropriada, mas que foi  
29 anexado ao processo documento de doação da área ao DMAE, esta de doze hectares, ao invés dos  
30 oito hectares iniciais. Conselheiro **Alan** questionou a medida de quatrocentos metros das quadras,  
31 opinando que fosse necessário fazer a divisão das mesmas, já que é o que prevê o Plano Diretor.  
32 Conselheiro **Eduíno** concordou com o conselheiro Alan e disse que o Plano Diretor prevê  
33 aproximadamente o limite de metade desse tamanho. Conselheiro **Romano** pediu para esclarecer que  
34 a estação do DMAE que será implantada não tem fins de tratamento do condomínio em si, mas de  
35 toda a zona norte de Porto Alegre, e para poder se contemplar a despoluição do rio Gravataí. Disse  
36 que é um projeto especial, que já teve EVU aprovado pelo CMDUA e que por isso pode ter quarteirões  
37 maiores. Disse ainda que o pedido é da Prefeitura e não do empreendedor. Conselheiro **Eduíno**  
38 questionou a supressão da necessidade de escola. Conselheira **Rosane** esclareceu que o  
39 empreendimento está ocorrendo em etapas e que por isso a definição para a área de escola, mesmo  
40 que tenha sido abdicada nesta primeira etapa, deverá ser solicitada pela SMED na etapa posterior.  
41 Disse que o projeto foi aprovado pelo CAUGE, por ser um processo especial, como prevê o Plano  
42 Diretor de Porto Alegre, sendo que pela tipologia das edificações se entendeu que tamanhos maiores  
43 dos quarteirões estariam adequados ao projeto. **Presidente** perguntou se as explicações esclareciam  
44 as dúvidas do conselheiro Eduíno e este respondeu que ainda não estavam totalmente claras as  
45 questões. Conselheira **Helena** ratificou os motivos da mudança de posição dos quarteirões, que se  
46 deram para facilitar o escoamento de água. Disse que a obra é necessária para a região e para a  
47 comunidade. Ainda informou que na próxima fase do projeto está prevista a doação de vinte por cento  
48 da área para a SMAM, para a instituir área de fauna. Conselheiro **Alceu** questionou se todos esses  
49 planejamentos e trâmites futuros estavam garantidos por documentação anexada ao processo.  
50 Conselheira **Helena** respondeu que sim e se posicionou favorável ao solicitado. Seu parecer foi  
51 colocado em votação e o mesmo foi aprovado por vinte e um votos favoráveis, uma abstenção e  
52 nenhum voto contrário. Presidente **Euclésio** solicitou que a conselheira Helena assumisse a  
53 presidência, por ter finalizado a sua relatoria, e pediu licença para se retirar da reunião, face  
54 compromisso. **Processo Quatro Ponto Quatro**, relator RP 8; expediente número 002.070360.09.0;



## ATA N.º 2362

1 interessado UPSD/SPM; assunto: Resolução – Alteração Gravame Traçado Viário; local: número um mil  
2 quinhentos e doze da Avenida Edgar Pires de Castro. Conselheiro **Heverson**, que pediu vistas ao processo,  
3 explicou que o projeto está sendo feito em fases e que em caminhada no entorno e próximo à Estrada Jorge  
4 Pereira Nunes, às oito e trinta da manhã não havia nenhum movimento de tráfego na via. Disse que na outra  
5 extremidade da via, porém, há a execução de obras em razão de atendimento as demandas do Orçamento  
6 Participativo. Sendo assim, o conselheiro opinou que a largura de trinta metros é demasiada e sugeriu a  
7 execução de via mais estreita. Conselheiro **Gomes** esclareceu que o trabalho executado pela SPM é  
8 planejar e que por esse ato subentende-se justamente prever necessidades futuras para a cidade, mesmo  
9 que no presente momento elas não existam ainda. Disse que hoje pode não existir tráfego na via, mas que  
10 um dia virá a ter. Disse por exemplo que noventa por cento dos traçados de hoje foram previstos no Plano  
11 Diretor de da década de setenta e nove. Conselheiro **Dino** manifestou a mesma opinião do conselheiro  
12 Gomes, e deu como exemplo a Rua Dona Adda Mascarenhas de Moraes, que na época em que foi  
13 executada parecia uma contradição por ser uma via larga em área pouco habitada, mas que hoje se mostra  
14 altamente adequada e agradável aos moradores. Conselheiro **Romano** lembrou que a avenida em questão  
15 atravessa área de preservação e questionou as diretrizes de trinta metros e disse que as mesmas deve ser  
16 muito bem planejadas porque não se pode correr o risco de implantar um gravame que posteriormente  
17 tenha que ser desfeito. Questionou a necessidade dos trinta metros, opinando que uma via mais estreita  
18 seria o ideal, considerando ainda que encontra-se sobre área de preservação. Conselheira **Isabel** falou  
19 sobre a largura das vias e disse que a referida via tem traçado de trinta metros, mas que em um primeiro  
20 momento ela deverá ser executada em formato de pistas estreitas e canteiro central largo, face o pouco  
21 tráfego que existe no local e para evitar o excesso de velocidade pelos condutores. Conselheiro **Romano**  
22 disse que hoje as vias estão com gabarito de dez metros e os moradores tem suas propriedades  
23 asseguradas, opinando que a desapropriação é um preço caro para se pagar. Conselheiro **Silvio** lembrou a  
24 todos que algumas previsões quanto a traçado viário são mais antigas ainda do que o Plano Diretor de  
25 setenta e nove, mas existem desde o ano de um mil novecentos e cinquenta e nove. Disse que essas  
26 definições estão baseadas em um trabalho técnico da SPM, e que o mesmo deve ser respeitado, opinando  
27 que cabe ao CMDUA sugerir maiores estudos, ou pedir maiores esclarecimentos sobre o que vem sem do  
28 planejado, mas não acredita que o Conselho deva negar esse planejamento, já que é resultado de todo um  
29 trabalho técnico. Conselheiro **Gomes** pediu para esclarecer que, ao contrário do que disse o conselheiro  
30 Romano, Porto Alegre de fato conta com um planejamento viário. Conselheiro disse que se sente chateado  
31 com esse tipo de depoimento, porque apesar de se saber que a SPM atualmente funciona com pouco  
32 recurso e precárias condições de trabalho, os funcionários trabalham com dedicação e esmero para honrar  
33 as suas atribuições. Dessa forma conselheiro pediu maior apoio à secretaria, assim como mais respeito por  
34 parte dos demais. Conselheiro **Alceu** disse que respeita a opinião do conselheiro Gomes, mas pediu  
35 também que fosse compreendido que os conselheiros não podem apenas ser colaboradores das decisões  
36 da prefeitura, e mesmo que por vezes possam parecer ignorantes quanto a conhecimentos técnicos, devem  
37 explicitar suas opiniões em prol do melhoramento da cidade. Pelo adiantado da hora, **presidente** sugeriu  
38 que a apreciação do processo fosse adiada para a próxima reunião, haja vista que ainda havia três  
39 conselheiros inscritos para manifestações e que as opiniões estavam bastantes divergentes. A sugestão foi  
40 aceita pelos demais conselheiros. Os demais processos constantes em pauta foram também adiados.  
41 **Processo Quatro Ponto Cinco**, relator OCDUA; expediente número 002.070715.07.6; interessado SMOV;  
42 assunto Resolução – Inclusão Traçado Viário; local: Santa Paula – Bairro Agronomia. Processo retornou de  
43 diligência à SPM, SMAM e DEP. Adiado. **Processo Quatro Ponto Sete**, relator: SMAM; expediente número  
44 002.318946.00.5; interessado: Melson Tumelero S/A; assunto Resolução - Exclusão de Gravame de Área  
45 Verde; local: Quarteirão formado por: Avenida Sertório, Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, Rua Ari Barroso  
46 e Rua Anita Grossi. Adiado. **Processo Quatro Ponto Seis**, relator: AGADIE; expediente número  
47 001.027317.08.0; interessado: OP Partenon; assunto: Inclusão Gravame Traçado Viário; local: Rua Central  
48 Vila São José Comunitária, Bairro São José. Adiado. Às vinte horas e quatorze minutos foram encerrados os  
49 trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental pelo Presidente. Eu, Ana Paula  
50 Tomasi, assino e lavro, juntamente com o Presidente a presente ata.

51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58

\_\_\_\_\_  
Ana Paula Tomasi  
**Secretária Executiva**

\_\_\_\_\_  
Helena Cristina Borges

\_\_\_\_\_  
José Euclésio dos Santos



**3**REFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

**ATA N.º 2362**

**Presidentes**

1  
2